

Deputados tentam aprovar projetos no último dia do esforço concentrado

por Sérgio Garschagen
de Brasília

Os crimes dos colarinhos brancos, a suspensão do pagamento da Previdência Social por aposentados e pensionistas; o fim da candidatura nata e o projeto Pratini de Moraes que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas contra países que dificultam as exportações do Brasil só serão votados hoje pela Câmara dos Deputados. Esses quatro itens constavam da pauta de ontem à noite, mas, devido à ruidosa manifestação da galeria, que exigia o exame da proposição sobre estabilidade no emprego e outras matérias sociais, a sessão foi suspensa pela Mesa.

Se depender da decisão do presidente em exercício da Câmara, deputado Humberto Souto, a presença de populares na galeria será proibida hoje. Após suspender a sessão de ontem, ele ameaçou modificar o sistema de acesso, no futuro, exigindo a identificação prévia dos populares, "como acontece em outros países".

Os líderes deixaram também para hoje a análise da nova legislação eleitoral (a candidatura nata dos senadores tramita à parte). Ontem a disposição dos partidos era de examinar o projeto de Lei nº 7.597/86 já aprovado pelo Senado e que trata do mesmo assunto, apenas inserindo disposições relativas à divisão do horário gratuito de rádio e televisão. As duas horas diárias de propaganda, pela disposição dos líderes, devem ser divididas mesmo em três segmentos de 40 minutos cada, sendo o primeiro proporcional às bancadas dos partidos, o segundo conforme as bancadas das Assembleias Legislativas e o último de forma igualitária entre todos os partidos. Muitos deputados do próprio PMDB e do PFL não aceitam e consideram antidemocrática uma divisão única, segundo a proporcionalidade das bancadas, fórmula defendida pelas lideranças do Senado.

BNH E GRUPO DELFIN

Os deputados aprovaram ontem 30 itens da pauta na sessão vespertina. O mais importante foi o projeto de resolução 284/85 "que aprova o relatório da CPI destinada a investigar os episódios que envolveram o BNH e o Grupo Delfin e que culminaram com a intervenção do Banco Central no referido grupo". O PFL, o PTB e o PDS apresentaram proposta no sentido de

remeter o relatório a reexame da Comissão de Justiça, sob o argumento de que, por como o assunto ainda estão sub judice, o mesmo estaria prejudicado. Rejeitada a proposta, o projeto de resolução foi aprovada por voto de liderança. O mesmo será remetido agora à Procuradoria Geral da República para que os ex-ministros Delfim Netto, Ernane Galvêas e Mário Andreazza, considerados responsáveis diretos pela insolvência do Grupo Delfin, respondam criminalmente, conforme o relatório da CPI. Aprovou-se, também, o relatório da CPI sobre as causas do endividamento do Brasil.

Outra proposição examinada foi relativa à desativação das gráficas na administração federal direta e indireta e das fundações mantidas pelo governo. Aprovou-se um substitutivo que impede a instalação de gráficas novas e a ampliação das existentes. O substitutivo garante à iniciativa privada o mercado futuro, proveniente do crescimento natural do setor. O PDT votou contra por achar que o objetivo do projeto era garantir às grandes empresas do setor um monopólio em setor que hoje é atendido pelo próprio governo, segundo afirmou o deputado Elquisson Soares (PDT-BA).

Os deputados aprovaram ainda projeto de decreto legislativo que homologa ato do Conselho Monetário Nacional (CMN) que autorizou a emissão de Cr\$ 100 bilhões neste ano, Cr\$ 400 bilhões no ano passado e de Cr\$ 1,9 trilhão em 1984, apesar dos pareceres da Comissão de Justiça pela ilegalidade. Foi aprovada ainda a conta do presidente João Figueiredo em 1984 e o reajuste da pensão da viúva do ex-presidente João Café Filho.

A partir de agora também, a Justiça do Trabalho passa a ter competência para conciliar e julgar dissídios oriundos da relação de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços; as enfermeiras e bibliotecários têm as profissões regulamentadas e o tenente-brigadeiro do ar Nelson Freire Lavener e Wanderley passa a ser, patrono do Correio Aéreo Nacional (CAN). Os deputados aprovaram outras matérias de importância menor e adiaram o exame de oito outros projetos, incluindo o que muda lei orgânica da Previdência Social e que dá nova redação à Lei das Falências.